



# Brito & Sukiennik

Ano I Edição nº 009 Brasília, maio de 2009

## Notícias do Escritório

- Sustentabilidade: da pesquisa à prática
- TV Justiça convida Bernardo Pablo Sukiennik para falar sobre extradição

## América do Sul - Política

- Parlamento aprova o critério de representação cidadã
- Estatuto de Cooperativas do MERCOSUL aprovado pelo Parlamento

## Comércio Exterior

- Indústria do Brasil quer aproveitar acordos de livre comércio do Chile
- Comércio exterior
- A Cidade Aeroportuária
- Câmara Venezuela-Brasil faz crítica à CNI

## Meio Ambiente

- TJDFDT anuncia a instalação da Vara de Meio Ambiente para o final de maio
- SC mantém código ambiental que prevê a diminuição de área de preservação

## Judiciais

- STF tem 69 casos de extradição para julgar
- Universidade não pode criar regras próprias para validação de diploma estrangeiro

## Brazilian Issues

- Brazil February Industrial Output Weak, But Worst May Be Over
- From Brazil, Sounds of Optimism
- Oil chief: Brazil is unlikely to join OPEC
- The Crafty Superpower

## Sustentabilidade: da pesquisa à prática

Participação de Rafaela Brito no Curso de Verão "Da Pesquisa à prática: o Papel da Educação para o Desenvolvimento Sustentável em Pesquisa, Educação e Cooperação Internacional" para Alumni do Daad, na ilha de Vilm, e na Conferência Mundial da UNESCO para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, em Bonn, na Alemanha, em março, foi noticiada pela newsletter número 58, de maio de 2009, divulgada pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico. Para ler a entrevista na íntegra, clique no link: [http://rio.daad.de/download/2009-05\\_AlumniprojektBildungUnesco.pdf](http://rio.daad.de/download/2009-05_AlumniprojektBildungUnesco.pdf)

## TV Justiça convida Bernardo Pablo Sukiennik para falar sobre extradição

No dia 08/04/2009, no Jornal da Justiça, o advogado Bernardo Pablo Sukiennik falou sobre extradição. Na matéria, são apresentados conceitos, fundamentos, requisitos e casos famosos envolvendo o Brasil. Assista ao vídeo acessando <http://www.youtube.com/watch?v=PLNsmqNFT4s>

## Parlamento aprova o critério de representação cidadã

Em uma histórica sessão, o Parlamento do MERCOSUL aprovou o "Acordo político para a consolidação do MERCOSUL" dando um passo fundamental para sua consolidação institucional.

Entre os principais pontos do Ato aprovado encontra-se o critério de representação cidadã, que permitirá aos Estados Parte levar à frente a eleição direta dos parlamentares do MERCOSUL.

De acordo com o documento aprovado, Paraguai e Uruguai contarão com um número de 18 parlamentares regionais, Argentina com uma representação de 43 parlamentares regionais e Brasil com 75 parlamentares regionais.

A integração dos novos parlamentares argentinos e brasileiros se realizará progressivamente. Durante a segunda etapa da transição prevista no Protocolo Constitutivo, estes países elegerão 26 e 37 parlamentares respectivamente. Cumprida esta etapa, se completará a integração com o número máximo de bancadas correspondentes. O relator pela delegação brasileira, o parlamentar Mercadante, indicou ao respeito que "Argentina e Brasil realizaram uma redução voluntária, não é o número matemático, é a força dos argumentos, gesto de disposição de construir juntos e responder às expectativas de nossas sociedades a

*respeito dos gastos dos legislativos”.*

O parlamentar paraguaio González Núñez sustentou que este acordo político vai dotar ao Parlamento de uma maior capacidade legislativa e o motor do MERCOSUL. Segundo o parlamentar *“hoje temos dado um passo gigantesco para a integração regional”.*

O Ato aprovado também prevê implementar a ampliação das competências do Parlamento, de modo de facilitar a evolução progressiva de suas faculdades legislativas e de controle.

O acordo faz referência também à necessidade de consolidar a dimensão judicial do MERCOSUL, estabelecendo o compromisso de trabalhar na aprovação de um Projeto de Norma para a criação de um Tribunal de Justiça do MERCOSUL a mais tardar durante o segundo semestre de 2010, assim como avaliar as propostas para a modificação do Protocolo de Olivos e a revisão da regulamentação do Tribunal Permanente de Revisão

Fonte: PARLAMENTO DO MERCOSUL. Parlamento aprova o critério de representação cidadã. **Site oficial do Parlamento do Mercosul.** Montevideu, abr. 2009. Disponível em: [http://www.parlamentodelmercosur.org/index1\\_portugues.asp](http://www.parlamentodelmercosur.org/index1_portugues.asp)

### **Estatuto de Cooperativas do MERCOSUL aprovado pelo Parlamento**

Durante a XVII Sessão Ordinária do Parlamento do MERCOSUL se aprovou a Proposta de Anteprojeto de Norma apresentada pela Mesa Diretora acerca do Estatuto de Cooperativas do MERCOSUL oportunamente distribuída à Comissão de Trabalho, Políticas de Emprego, Segurança Social e Economia Social.

A Proposta elaborada e apresentada pela Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL tem como finalidade o desenvolvimento de projetos especialmente no que se refere à harmonização de aspectos legislativos; a complementação de atividades produtivas e/ou de serviços; a harmonização de políticas públicas para o setor cooperativo e a promoção de liberdade de circulação e instalação de cooperativas na região.

Entretanto, será necessária a realização de esforços para que cada país adote medidas concretas que contribuam com a possibilidade e o estímulo para que se constituam cooperativas regionais ou transfronteiriças para facilitar o reconhecimento das cooperativas de outros países do MERCOSUL.

Esta Proposta vêm a dar um marco de regulação homogênea garantindo a normalização de situações que na atualidade não se encontram contempladas ou que geram discrepâncias, como é o caso da atividade Cooperativa em áreas de fronteira.

A parlamentar Müller, fundamentando a proposta, afirmou que *“Não podemos deixar de mencionar que nestes últimos tempos nossas economias estão enfrentando uma das maiores crises de todos os tempos, e é nossa responsabilidade dotar a sociedade dos instrumentos jurídicos que permitam a sustentabilidade dos empreendimentos, a manutenção dos êxitos obtidos e por sobretudo a preservação das fontes de trabalho, que claramente dignificam o homem.”*

Fonte: PARLAMENTO DO MERCOSUL. Estatuto de Cooperativas do MERCOSUL aprovado pelo Parlamento. **Site oficial do Parlamento do Mercosul.** Montevideu, abr. 2009. Disponível em: [http://www.parlamentodelmercosur.org/index1\\_portugues.asp](http://www.parlamentodelmercosur.org/index1_portugues.asp)

### **Indústria do Brasil quer aproveitar acordos de livre comércio do Chile**

Sem acordos de livre comércio com os países de maior economia, o Brasil procura aproveitar os mais de 40 tratados de livre comércio do vizinho Chile, onde, nesta semana, uma missão de representantes de quase 60 empresas negocia com empresários chilenos a venda de produtos brasileiros para o mercado local e para fabricação de mercadorias destinadas a países como México, Estados Unidos, Japão e membros da União Europeia. Nossas exportações ao Chile cresceram 12% no ano passado e podem crescer mais neste ano, prevê o secretário de comércio exterior, Welber Barral.

A missão empresarial, tem apoio da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) do Itamaraty (o embaixador brasileiro em Santiago é Mário Vilalva, ex-diretor do departamento de Promoção Comercial do Ministério de Relações Exteriores). Com os empresários irão representantes do BNDES, que mostrarão os mecanismos de financiamento do banco para comércio e para investimentos de empresas brasileiras, destinados à produção para exportação no Chile. O governo brasileiro quer, ainda, ampliar o acordo de serviços entre Brasil e Chile, para aumentar a atuação de empresas de arquitetura e engenharia, entre outras.

Em uma das reuniões preparatórias para a missão empresarial, o gerente de comércio exterior da equivalente chilena da Fiesp, Sociedade de Fomento Fabril (Sofofa), Hugo Baierlein Hermida, comentou aos brasileiros que o Chile tem um enorme mercado de exportações para produtos como móveis, calçados e tecidos, mas que faltam produtos para vender. Para a Fiesp, o interesse dos chilenos facilita a estratégia de industriais paulistas, de usar o país como plataforma de exportação, com partes e peças compradas do Brasil. Com o fracasso das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), temos de buscar alternativas de mercados, comenta o diretor de relações internacionais e comércio exterior da Fiesp, Ricardo Martins.

Martins vê mercado para a indústria de alimentos preparados, que pretendem processar, no Chile, produtos de origem brasileira, para aproveitar acordos sanitários e de livre comércio firmados por aquele país com nações como o Japão. Pelo menos uma grande companhia, a Nutriplus, já procura possíveis parceiros chilenos.

Para Barral, mesmo o limitado mercado interno chileno pode trazer oportunidades aos produtores brasileiros. Cruzamos os dados de importação do Chile com os de nossas vendas para lá, e há grande potencial em pelo menos oito setores, garante, citando alimentos, equipamentos industriais e produtos metalúrgicos. O Chile, para nós, é o primeiro teste de algo que queremos fazer mais vezes: promoção de negócios junto com representantes do setor privado dos dois países, diz Barral.

A Fiesp negociou com a Sofofa a aproximação entre as indústrias chilenas e brasileiras. Empresas de bens de capital interessam-se em enviar partes e peças para montagem no Chile e reexportação, exemplifica Ricardo Martins. Haverá também reuniões para que a indústria de defesa brasileira ofereça produtos às Forças Armadas chilenas (um dos maiores orçamentos do continente), e reuniões do setor de energia, para discutir biocombustíveis.

Fonte: VALOR ECONÔMICO. Indústria do Brasil quer aproveitar acordos de livre comércio do Chile. **Página oficial do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, abr. 2009. Disponível em: [http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=562185](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=562185)

### Comércio exterior

A União Aduaneira da África Austral firmou na sexta-feira [03/04/09] acordo com o Mercosul que prevê a redução das tarifas no comércio bilateral. O acordo envolve 2.116 itens que terão queda de 10%, 25%, 50% e 100% nas alíquotas de importação aplicadas de lado a lado. O acerto começa a vigorar só depois que os parlamentos dos nove países envolvidos aprovarem o texto. Segundo o Itamaraty, as preferências concedidas pela União Aduaneira favorecerão os exportadores do Mercosul de produtos agrícolas, químicos, de plásticos, ferramentas, siderúrgicos, automotivos, eletroeletrônicos e bens de capital.

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO. Comércio exterior. **Página do Sistema de Informações FUNCEX**. Rio de Janeiro, abr. 2009. Disponível em: <http://si.knowtec.com/scripts-si/MostraNoticia?&idnoticia=20931&idcontato=2449&origem=fiqueatento&nomeCliente=FUNCEX&data=2009-04-07>

### A Cidade Aeroportuária

Imagine um conjunto aeroportuário com foco em cargas e voos internacionais com complexo logístico modal que integre o entroncamento aéreo, rodoviário e ferroviário. Em anexo, visualize um complexo com indústrias de alto valor agregado. Pronto, está desenhado o mais importante projeto econômico dos últimos anos de Brasília: a Cidade Aeroportuária.

A ideia surgiu nos fóruns de logística promovidos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Distrito Federal em parceria com o setor produtivo, instituições financeiras e a academia. A localização provável da Cidade Aeroportuária será a área rural de Planaltina. Toda a capital sentirá os efeitos e colherá os frutos do empreendimento, capaz de oxigenar a economia de toda a Região Centro-Oeste.

O apagão aéreo trouxe à tona os problemas estruturais do setor aéreo brasileiro. Estudos da revista Forbes apontaram o aeroporto de Brasília como o campeão de voos atrasados no mundo. A superlotação e atrasos dos aeroportos brasileiros provocam redução na oportunidade de negócios e entravam o desenvolvimento econômico, representando forte elemento no custo Brasil.

No caso do transporte de carga, é ainda mais gritante o fato de não utilizarmos o modal aéreo para o escoamento de commodities. Uma única empresa norte-americana, a UPS, por exemplo, possui frota de aviões superior à de toda a América do Sul.

Nesse contexto, a Cidade Aeroportuária destaca-se como instrumento eficaz para aumentar a capacidade aérea e promover a integração nacional e sul-americana. A ampliação da capacidade aérea, sobretudo a de movimentação de carga, permite de forma estratégica alavancar a economia do continente.

Outro elemento estratégico que a Cidade Aeroportuária aporta ao Brasil é a possibilidade de melhorar a pauta de exportação, hoje praticamente composta por commodities.

De fato, a matriz logística de transporte de carga no Brasil induz à produção e escoamento de commodities pelos portos. A capacidade de produzir valores agregados é limitada pela atual matriz logística. O Projeto Aerópolis surge como resposta a esse desafio.

Em relação ao comércio exterior, Brasília seria grande porto aéreo para exportação de produtos de alto valor agregado para Europa e EUA, tais como flores, cortes especiais de carne embaladas a vácuo, carne ou leite de soja, em vez da soja a granel, peças e componentes eletroeletrônicos, entre inúmeros outros.

Com a instalação logística do empreendimento, cria-se o canal de vendas diretas, pelo qual consumidores podem comprar via internet, catálogos ou telefone. Hoje, esse canal representa menos de meio por cento do PIB brasileiro, enquanto nos EUA e na UE supera 20% do PIB.

Todo o investimento tem origem no setor privado, com as obras financiadas 100% por capital de empresas. Trata-se de uma nova forma de interação entre governo e setor produtivo, sem ônus para o Estado. Assim, não haverá comprometimento do orçamento do governo.

O modelo de concessão trará eficiência, celeridade e conseqüente destravamento para contratação (negociação de forma direta), sem entraves legais. O modelo proporcionará a elaboração de um plano diretor abrangente e de uma cadeia produtiva, trazendo maior competitividade ao empreendimento mediante diversos benefícios.

O Distrito Federal é hoje um entroncamento que centraliza as ligações rodoviárias do Brasil. Com os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Ferrovia Norte-Sul chegará de São Luís (MA) a Anápolis (GO), e a Ferrovia Leste-Oeste, de Vitória (ES) a Unaí (MG). A criação de ramificações ligando essas duas ferrovias ao Distrito Federal permitirá a integração das malhas ferroviárias brasileiras, tornando Brasília importante entroncamento ferroviário.

O centro logístico multimodal combinará esses modais, permitindo que Brasília se transforme em um dos mais importantes centros logísticos, integrando o Centro-Oeste com os demais estados brasileiros, América do Sul, Europa e América da Norte.

É por isso que o presidente Lula mostrou-se entusiasmado com o projeto da Cidade Aeroportuária, ao sobrevoar o local nas companhias do governador José Roberto Arruda e na minha, pelas perspectivas que se abrem ao desenvolvimento econômico do Distrito Federal e do Brasil.

Fonte: CORREIO BRAZILIENSE. A Cidade Aeroportuária. **Página do Sistema de Informações FUNCEX**. Rio de Janeiro, abr. 2009. Disponível em: <http://si.knowtec.com/scripts-si/MostraNoticia?&idnoticia=21108&idcontato=2449&origem=fiqueatento&nomeCliente=FUNCEX&data=2009-04-17>

### **Câmara Venezuela-Brasil faz crítica à CNI**

O presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria Venezuela-Brasil, José Francisco Fonseca Marcondes Neto, divulga hoje [24/04/09] uma carta criticando a posição da CNI (Confederação Nacional da Indústria) sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul. No documento, afirma que atrasar ou negar a entrada do país ao bloco prejudicará os exportadores brasileiros com a perda da oportunidade de se consolidarem no mercado venezuelano e até com aumentos tributários.

Na última quinta-feira [23/04/09], diversas entidades, entre elas a CNI, participaram de audiência pública no Senado para discutir o protocolo de adesão do país ao Mercosul, que está em análise para votação.

Durante a reunião, o diretor-executivo da CNI, José Augusto Fernandes, solicitou resultados pendentes do grupo de trabalho do Mercosul que avalia o tema, como o cronograma de implementação do livre comércio. Na reunião, o Senado aprovou um requerimento que pede ao Ministério das Relações Exteriores informações detalhadas sobre prazos e compromissos que envolvem a entrada do país ao bloco.

Fernandes disse à Folha que a CNI não é contra a entrada da Venezuela ao Mercosul. O que a entidade não concorda é com o fato de o setor privado não ter clareza sobre a qualidade do acordo. Não estamos discutindo apenas a adesão da Venezuela, mas como serão as regras para a entrada de próximos candidatos ao bloco.

Para Marcondes, essas pendências não deveriam ser consideradas um obstáculo para a aprovação do protocolo.

Recusar ou adiar a inclusão da Venezuela no Mercosul significa desperdiçar a oportunidade brasileira de ampliar mercados no continente, permitir a ocupação de um mercado importante por um concorrente como a China e colocar em risco o espaço já conquistado nos últimos anos pelo Brasil em um ano de crise financeira, diz Marcondes, na carta.

Ele relembra também que, se o protocolo de adesão não for aprovado até janeiro de 2011, os exportadores brasileiros vão perder benefícios tributários concedidos em acordo assinado em 2004. Se isso ocorrer, a tarifa para exportação de veículos à Venezuela, por exemplo, aumentará dos atuais 23% para 35%.

As exportações à Venezuela atingiram US\$ 878 milhões no primeiro trimestre deste ano.

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Câmara Venezuela-Brasil faz crítica à CNI. **Página oficial do Ministério das Relações**

**Exteriores**. Brasília, abr. 2009. Disponível em:

[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=569669](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=569669)

### **TJDFT anuncia a instalação da Vara de Meio Ambiente para o final de maio**

O Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Desembargador Nívio Gonçalves, anunciou para o final do mês de maio a instalação da Vara do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal, criada pela Lei 11.697/2008.

No último dia 30/03, foi publicada a Resolução Nº 3 que dispõe sobre a competência da Vara e instituindo sua área de atuação. A previsão é de que a Vara seja instalada e comece a funcionar no Fórum José Júlio Leal Fagundes, localizado no Setor de Múltiplas Atividades Sul, Trecho 3, lotes 4/6, próximo ao Setor Policial Sul.

A Lei 11.697/2008 que trata da Organização Judiciária do Distrito e dos Territórios ampliou a atuação da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e criou novas varas e circunscrições judiciárias. A competência da Vara de Meio Ambiente foi deliberada pelo Pleno Administrativo do TJDFT, em sessão realizada em 27/3.

A Vara do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal será responsável, ressalvada a competência da Justiça Federal, pelas causas relativas ao "meio ambiente natural", compreendendo a flora, a fauna, os recursos hídricos, o solo, o subsolo, os recursos minerais e a atmosfera; as causas relativas ao "meio ambiente urbano", compreendendo os espaços urbanos, edificados ou não, destinados ao uso público, tais como ruas, praças, áreas verdes, áreas de lazer, etc.; as causas relativas ao "meio ambiente cultural", compreendendo obras do engenho humano ou resultantes da força da natureza, envolvendo o patrimônio arqueológico, paisagístico, turístico, histórico, artístico, urbanístico e ecológico; as causas relativas à "ocupação do solo urbano ou rural", assim entendidas as questões fundiárias e agrárias de interesse público ou de natureza coletiva; e as causas relativas ao parcelamento do solo para fins urbanos.

De acordo com a resolução, permanecem sob a competência das Varas Cíveis e da Fazenda Pública, as causas em que o "meio ambiente" não integrar o próprio objeto da ação; as causas em que questões relativas ao "meio ambiente" sejam de caráter meramente incidental; e as ações petitórias e possessórias entre particulares, ou entre entes públicos e particulares, que não tenham reflexos ambientais e que não envolvam interesse público direto.

A instalação da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF vem sendo aguardada e acompanhada pela população e pelo Governo do DF. O Vice-Governador esteve com o Presidente do TJDFT no início do ano quando defendeu a instalação de vara especializada e entregou ao Desembargador uma lista com 15 prioridades do governo no processo de regularização fundiária no Distrito Federal.

Fonte: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. TJDFT anuncia a instalação da Vara de Meio

Ambiente para o final de maio. **Página Oficial do TJDFT**. Brasília, abr. 2009. Disponível em:

[http://www.tjdft.jus.br/trib/imp/imp\\_not.asp?codigo=11645](http://www.tjdft.jus.br/trib/imp/imp_not.asp?codigo=11645)

## SC mantém código ambiental que prevê a diminuição de área de preservação

O governo de Santa Catarina rejeitou nesta quarta-feira [22/04/09] uma proposta de suspender a aplicação do novo Código Ambiental do Estado até que a legalidade da norma seja avaliada pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

O código, aprovado pela Assembleia Legislativa no fim de março, estipula uma área de preservação em margens de rios menor do que a estabelecida pela legislação federal. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, já determinou que o Ibama do Estado não siga a nova regra estadual.

Nesta quarta-feira, em Florianópolis, representantes do governo do Estado, do ministério, da Procuradoria da República e a senadora Ideli Salvatti (PT) se reuniram para discutir o impasse.

O governo de Luiz Henrique da Silveira (PMDB) argumenta que a lei federal prejudica pequenos agricultores do Estado e não leva em conta diferenças geográficas e econômicas de Santa Catarina.

O Ministério Público do Estado protocolou na segunda-feira [20/04/09] representação ao procurador-geral da República pedindo uma ação direta de inconstitucionalidade contra 18 itens do código no STF.

O secretário da Coordenação do governo do Estado, Valdir Cobalchini, diz que a reunião foi positiva por mostrar disposição de "diálogo", mas afirma que o governador não voltará atrás na questão. "O Estado tem as suas prerrogativas e não abre mão delas. Ele tem a competência para legislar sobre o meio ambiente, que é dada pela Constituição Federal."

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. SC mantém código ambiental que prevê a diminuição de área de preservação. **Folhaonline**. São Paulo, abr. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u554816.shtml>

## STF tem 69 casos de extradição para julgar

O futuro de 69 estrangeiros que vivem no Brasil e são acusados de cometer crimes - leves ou graves - no exterior está nas mãos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Levantamento divulgado na semana passada pelo Supremo informa que tramitam atualmente 69 pedidos de extradição feitos por 21 países. As acusações contra os estrangeiros vão desde a falsificação de documentos até homicídios, como ocorre no caso de maior repercussão atualmente, o processo contra o italiano Cesare Battisti.

Battisti foi condenado na Itália à prisão perpétua, em processos nos quais foi acusado de envolvimento com assassinatos na época em que militava no grupo de extrema esquerda Proletários Armados pelo Comunismo (PAC). O processo em tramitação no Supremo foi tumultuado e chegou a ser paralisado quando o italiano pediu refúgio ao governo brasileiro. Em janeiro, o ministro da Justiça, Tarso Genro, reconheceu o status de refugiado de Battisti e os advogados do italiano pediram que o Supremo arquivasse o processo de extradição. Pela jurisprudência atual do tribunal, quando um estrangeiro obtém o refúgio, não pode mais ser extraditado.

Até agora, porém, não ocorreu o arquivamento. O tribunal deve julgar o caso neste mês ou em maio. A tendência é de que a maioria dos ministros mude a jurisprudência do tribunal e decida que, apesar de Battisti ter obtido o refúgio, ele deve ser extraditado para a Itália. E mais: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva seria obrigado a extraditá-lo. O presidente já deu sinais de que, se não houver essa obrigação fixada pelo STF, vai manter Battisti no País.

Além do pedido de extradição contra Battisti, tramitam no Supremo outros cinco processos de extradição movidos pelo governo italiano. A campeã em pedidos de extradição, no entanto, é a Argentina, com 10 processos, seguida por Portugal, Uruguai, Alemanha, Estados Unidos e Espanha.

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO. STF tem 69 casos de extradição para julgar. **Estadao.com.br**. São Paulo, abr. 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,stf-tem-69-casos-de-extradicao-para-julgar,351293,0.htm>

## Universidade não pode criar regras próprias para validação de diploma estrangeiro

A instituição de ensino não pode estabelecer regras diversas daquelas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para a validação dos diplomas obtidos no exterior. Com esse entendimento, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve determinação para que a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) siga as normas instituídas pelo CNE para revalidação de diploma de um médico formado pelo Instituto Superior de Ciências Médicas, em Havana, Cuba.

O artigo 48 da Lei n. 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, prevê a

necessidade de revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras por instituição brasileira que tenha curso do mesmo nível e área ou equivalente, a fim de que o interessado possa exercer a profissão no território nacional. Com base nesse dispositivo, foi editada uma resolução estabelecendo o cumprimento de quatro etapas sucessivas. A fase posterior somente será instituída se não atendida a antecedente.

Após ter o pedido administrativo de revalidação negado pela UFSC, o candidato entrou com ação na Justiça Federal, alegando que a universidade não observou as etapas sucessivas estabelecidas pelo CNE. Sustentou que a equivalência curricular, primeira das exigências, deve ser analisada em sentido amplo, de modo a verificar se a formação profissional é adequada.

Em primeira instância, o pedido foi negado, mas o médico recorreu. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) considerou que a universidade não respeitou os critérios estabelecidos pelo CNE ao impor a realização de exames e provas para a caracterização da equivalência, sem ter requerido, antes, parecer da escola cubana sobre a alegada equivalência curricular. O TRF4 determinou que a UFSC observe a sequência de etapas previstas pelo CNE.

A UFSC alegou não ter solicitado parecer da instituição de ensino cubana porque não havia dúvidas sobre a inexistência de equivalência entre os currículos. Porém, o TRF4 afirmou que, “somente após a solicitação de parecer à instituição de ensino especializada onde foi obtido o título, permite-se a aplicação de provas destinadas à caracterização da equivalência”.

A universidade catarinense ingressou, então, com recurso especial no STJ. O caso foi analisado pela Segunda Turma. Em seu voto, o ministro relator Humberto Martins considerou que não poderia ser feita uma análise da questão de mérito, pois, para decidir, o TRF4 baseou-se em fatos e provas, sendo vedado o reexame destes no STJ. O relator enfatizou que tem buscado prestigiar ao máximo os juízos administrativos das universidades quanto à validação de títulos acadêmicos obtidos no estrangeiro. Porém, disse o ministro, a autonomia universitária encontra-se preservada, na medida em que a decisão do TRF4 determinou a repetição de etapas do procedimento, observando-se a regulamentação do CNE.

Fonte: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Universidade não pode criar regras próprias para validação de diploma estrangeiro.

**Página Oficial do STJ.** Brasília, abr. 2009. Disponível em:

[http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=91711](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=91711)

### **Brazil February Industrial Output Weak, But Worst May Be Over**

RIO DE JANEIRO (Dow Jones)--Brazil's industrial output in February was below expectations but the figures left many economists saying the only way now is up.

Industrial production rose 1.8% in February from January, the Brazilian Census Bureau, or IBGE, said Wednesday, a figure below the 2.2% median rise forecast by 10 analysts consulted by Dow Jones Newswires. Worse still was the 17% decline in production from a year earlier, which was steeper than the 14% falloff predicted by the analysts.

But the data may also show the worst of the crisis for the sector may be over, said Jankiel Santos, an economist at Sao Paulo's BES Investimento fund. Santos pointed to February being the second month in a row of output growth as well as output rises spreading into intermediate and non-durable goods.

January's growth was concentrated in durable goods, led by Brazil's beefy auto sector. Auto makers axed output in November and December, but boosted production in January and February, aided by steep discounts and tax breaks.

Brazil's auto output jumped 9.2% in February, compared with January, according to the country's vehicle-makers association, Anfavea.

Higher auto sales have sharply reduced inventories and should provide a further boost to output in coming months, Santos noted.

IBGE's coordinator for industrial data, Silvio Sales, also saw grounds for optimism.

"Considering the record negative in December and the recovery in January and February, we may now say that industry has begun to emerge from the bottom of the well," he said.

But not everyone is upbeat.

Goldman Sachs' Senior Economist Luis Cezario said the rise in output in January and February was "merely a technical rebound, boosted by the end of the inventory liquidation in the vehicle and intermediate goods sectors."

Cezario said a sharp contraction in business investment and exports of manufactured products will continue to reduce demand for Brazil's industrial goods.

However, he noted that industrial production could increase in the second quarter in some categories as inventory liquidation is completed.

The optimists have an ally in the Industrial Confidence Index, or ICI, compiled by the Getulio Vargas economic foundation. Industrial output closely shadows the ICI.

The ICI polls businesses nationwide and then compiles their responses into an index that ranges from zero points to 200. A score of 100 shows "neutral" business confidence, with below 100 "pessimistic" and above 100 "optimistic."

The March ICI was 77.9 points, but it was an improvement from the 76.2-point ICI of February.

Aloisio Campelo, who coordinates the ICI data, told the Estado newspaper on Wednesday that December was "the low point" for Brazil's business confidence, with subsequent months showing a slow but steady improvement.

However, Campelo added that the industrial recovery is fragile, with 25.2% of companies consulted in March saying they planned job cuts in the next three months. That figure, nevertheless, was better than the 29.7% who cited job cuts in February and 32.5% in December.

"The situation has stopped getting worse. We've come from a really bad situation to a situation that is simply not very favorable to employment," Campelo said.

Looking ahead, Brazil's central bank will likely cut its Selic base rate by 150 basis points in April to 9.75% to help foster a recovery, according to Sao Paulo's Gradient Investimentos fund. Santos of BES also believes the weak February data will lead to a 150 basis point cut. Goldman Sachs sees the Selic rate dropping to 8.5% by July.

Source: THE WALL STREET JOURNAL. Brazil February Industrial Output Weak, But Worst May Be Over. **Website of the Ministry of External Relations**. Brasilia, apr. 2009. Available on:  
[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=562552](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=562552)

### From Brazil, Sounds of Optimism

SÃO PAULO -- While volatility will often reign during the second quarter of 2009 as investors navigate the global economic crisis, fundamentals point to possible gains for Brazilian stocks.

"There was already a modest recovery in the first quarter," said Decio Peciquilu, a senior trader at São Paulo's TOV Brokerage. "We should see more gains in the second quarter, but it is important to remember that the kind of volatility we've been seeing since the end of 2008 is here to stay."

The benchmark Bovespa stocks index rose 9% in the first quarter and now is up 17.6% for the year to date, to 44167.26.

The total market value of the 387 listed companies reached 1.48 trillion Brazilian reais (\$650 billion) at the end of the quarter. By comparison, at the end of 2008, the exchange had 392 listed companies with a market value of 1.35 trillion reais.

But apart from a few quick-footed short-sellers, most investors don't have fond memories of the volatility of the last four or five months of last year. In 2008, the Bovespa index ended at a disappointing 37550 for a year-on-year loss of 41%.

"Volatility is a little less now, but investor radar will remain focused on international issues and any signs of a

renewed crisis," said Januario Hostin, who manages a 30 million reais equities portfolio for the local Leme investment fund. "I believe we can see a recovery for the Ibovespa index, with the index ending the year at between 50000 and 55000."

Thomaz Teixeira, a broker at the Socopa brokerage in São Paulo, agreed. He said recent action by the G-20 countries to counter the international crisis will help improve investor sentiment. "We are seeing a new range forming, somewhere between 44000 and 50000," he said.

One factor on the domestic side likely to help equities is the Brazilian Central Bank, which has already pulled down its Selic base interest rate by 2.5 percentage points this year and is likely to continue the loosening policy. The Selic rate is currently 11.25%, with most economists predicting a decline into single digits before the end of the year.

"With the reduction of the Selic rate, we will see an ever greater migration of assets to equities from fixed income," said Andre Perfeito, an economist at local brokerage Gradual Corretora.

Given an environment still characterized by volatility, most stock pickers prefer blue chips.

"Commodities prices could recover this year and that will have a positive impact on mining company Vale do Rio Doce and state-run energy firm Petroleo Brasileiro," Mr. Hostin said. The two companies are traditional volume leaders on the Brazilian exchange.

According to Mr. Hostin, companies with large debts could suffer due to difficult rollover prospects in a tight credit market.

"I don't see good prospects for paper and pulp companies Aracruz and VCP because they have high debt levels and that could affect their cash flow this year," he added.

Source: THE WALL STREET JOURNAL. From Brazil, Sounds of Optimism. **Website of the Ministry of External Relations.** Brasilia, apr. 2009. Available on:  
[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=564196](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=564196)

### **Oil chief: Brazil is unlikely to join OPEC**

RIO DE JANEIRO — Brazil is unlikely to join the Organization of Petroleum Exporting Countries anytime soon, despite overtures from the cartel, the head of the nation's state-run oil company said Thursday.

Petrobras CEO Jose Sergio Gabrielli told The Associated Press that his company isn't yet a big enough oil exporter to warrant joining the organization.

"To join OPEC, I think a country should have a very big export-oriented policy. The Brazilian case isn't like that," Gabrielli said at the World Economic Forum on Latin America.

He underscored, however, that any decision to join OPEC is the responsibility of Brazil's government and not Petrobras.

In the past two years, Petroleo Brasileiro SA has made vast offshore oil discoveries in Brazilian waters. Experts have said the finds could hold up to 80 billion barrels of oil or more — enough to turn South America's largest nation into a major oil exporter.

Brazil in recent months has received at least two direct invitations to join OPEC, including one from Iran in September, which the government turned down.

Another invitation came last month during a meeting of the cartel in Vienna. It wasn't clear from which country, but at the time, Mines and Energy Minister Edson Lobão said Brazil would only consider such invitations once the development of its offshore finds advances.

Petrobras last year was a net exporter of 100,000 barrels of oil a day. Gabrielli said that even as Petrobras' production levels increase in coming years, the government is unlikely to change its stance regarding entry into OPEC.

"Our target for increasing our production is much more geared toward the domestic market," he said.

## The Crafty Superpower

Brazilian President Luiz Inácio Lula da Silva is on a roll. In recent weeks he's shared a dais with Gordon Brown and Nicolas Sarkozy, and drew effusive praise ("My man!") from Barack Obama at the G20 summit in London. He even had a photo op with Queen Elizabeth II. The former machine-tool worker, who spent decades picketing "savage capitalism," is now the toast of bankers and boardrooms. "Don't you think it's chic that we are now lending the IMF money?" he joked at a press conference.

Not so long ago, such scenes would have been improbable. With Brazil's tender democracy, clawing poverty and an accident-prone economy, the country's leaders were more likely to be queuing for a bailout than standing toe-to-toe with rainmakers on the international stage. After decades of false steps, Brazil has become a solid free-market democracy, a rare island of stability in a region of turmoil and governed by the rule of law instead of the whims of autocrats. Now Brazil is asserting itself as never before, but in a way that is markedly different from other big global players. Over the past decade, Brazil has emerged as a unique regional powerhouse. Relying on the cover of America's security umbrella, and a hemisphere with no credible enemies, Brazil has been free to leverage its vast economic size advantage within South America to be friend, sway or co-opt neighbors, while managing to contain its most troublesome regional rival, Venezuela. Lula presides over a crafty superpower unlike any other emerging giant.

The Chinese police the Taiwan Strait, and Moscow never relinquished the Soviet sphere of influence in the Caucasus. India's security duties stretch from the Pakistani border to the Persian Gulf, and Washington casts a long shadow from pole to pole. Yet Brazil has asserted its international ambitions without rattling a saber. When tempers flare between neighbors—as when Ecuador and Peru nearly went to war in the 1990s, and after Colombia bombed guerrilla camps in the Ecuadoran jungle last year—diplomats and lawyers are dispatched to the hot zones rather than flotillas or tanks. And when U.N. peacekeepers clashed with street gangs in Haiti, the Brazilians called not for a troop surge, but for footballers Ronaldinho, Robinho and Ronaldo, who played a friendly in the war zone. Now Haitian youths do battle with cleats, not Kalashnikovs.

The Brazilians have also become a more assertive voice for the emerging markets in international affairs. They rallied the major developing nations to challenge the rich world's agricultural subsidies, forming a group now known as the G5. At Brasília's prodding, the ambassadors of Brazil, China, India and Russia now meet monthly in Washington to coordinate a common BRIC policy strategy, often to counter U.S. positions. Pushing its "south-south" agenda, the Lula government has opened 35 embassies since taking office in 2003, most of them in Africa and the Caribbean. Brazil also leads a widely acclaimed peacekeeping mission in Haiti, one of the hemisphere's biggest basket cases.

Brazil can do all this in large part because it has no credible state enemies with which to contend, and is therefore unshackled from many of the responsibilities of power, like patrolling sea lanes. Moreover, the United States has always been the peacemaker of last resort in the region, so while emerging nations in many global trouble zones must pump precious wealth into defense, Brazil's military expenditures have remained stagnant at about 1.5 percent of GDP, a quarter of China's defense spending and about 60 percent of India's and Russia's. "Brazil doesn't have the ambition to be a military power," says Amaury de Souza, a Brazilian political analyst. "What we have is economic strength, a history of defending our interests and a complex and compelling culture."

For years, Brazilians have wanted a larger role in world affairs, and the world has refused. Despite its war efforts—Brazil was the only Latin country to send troops to Europe during World War II—it had no seat at the postwar negotiating table. Brazil's international standing finally won an upgrade in the mid-1990s, when the reform-minded administration of Fernando Henrique Cardoso stopped inflation, opened the country to trade and normalized tattered relations with the world financial community. Cardoso parlayed the young democracy's new bona fides into a more assertive role abroad. He argued for a seat on the U.N. Security Council, jump-started the Mercosur free-trade zone for South America and rallied the larger developing nations under the banner of free trade.

But no government has been as determined as Lula's in extending Brazil's international footprint. Though he began his political career on the left, Lula surprised foreign and national investors alike by preserving Cardoso's market-friendly policies at home, much to the frustration of his militant Workers' Party allies. For the left, he offered a pumped-up foreign policy. "Lula put Cardoso's foreign policy on steroids," says Donna

Hrinak, a former U.S. ambassador to a number of Latin countries.

Lula has doubled the number of departments in the Foreign Ministry and embarked on a breathless international itinerary, visiting 45 countries and spending nearly one of every five months in office abroad just since 2007. "Aero-Lula," the local press has dubbed him. The explicit purpose of all this diplomacy has been to boost relations with other developing countries. But Lula's increased visibility has also helped force the richest nations to lower trade barriers. In two major cases in 2004, the WTO ruled in favor of Brazil, ordering the U.S. to drop subsidies to cotton farmers, and told Europe to end its protection of the sugar-beet industry. In keeping with Lula's staunch support for free trade, Brazil also sided with the U.S. at the recent Doha trade talks over the developing world's own protectionist barriers. In a recent report warning of rising protectionism in developing nations, the World Bank praised Brazilians for resisting pressures to close down its own borders.

At least part of these efforts spring from Brazil's undeclared strategy to blunt U.S. influence in the region and dispel expectations that it play a proxy role for Washington. In fact, while U.S. officials wax diplomatic over their new "global partner," Brasília has been mostly silent as Venezuelan strongman Hugo Chávez threatens foreign companies, intimidates the opposition and bullies its courts and Congress. "No one can claim that democracy doesn't exist in Venezuela" is Lula's canned defense of companheiro Chávez. Citing the catchall rule of sovereignty, Brazil also roundly condemned Colombia, the U.S.'s closest ally in the region, for attacking a guerrilla encampment in the Ecuadoran jungle last year, and routinely abstains on U.N. resolutions condemning human-rights violations in Cuba.

But Lula has hardly thrown in with the Bolivarian revolution. Instead, he has controlled the region by co-opting his neighbors with trade, turning the whole continent into a captive market for Brazilian goods. Ultimately, Brazil's power derives not from guns but from its immense store of natural resources, including oil and gas, metals, soybeans and beef—and it has become a key supplier of markets in Asia and closer to home. Brazil now enjoys a trade surplus with every country in the region, including a \$1 billion surplus with Venezuela. "Turning natural resources into value-added goods has helped Brazil punch above its weight," says David Rothkopf, a former U.S. Commerce Department official.

For instance, Lula has curbed two grandiose initiatives from Chávez's playbook, a regional development bank (Banco del Sur) and a joint Brazilian-Venezuelan oil refinery, by quietly never getting around to allocating money to help. He also chided Chávez for his lavish spending on modern weapons even though Venezuela's economy is so weak it has become utterly dependent on Brazil for basic consumer goods. "Christ, what do you want these weapons for?" Lula reportedly berated Chávez in a recent visit. "You can't even get milk for your coffee in the hotels." Brazil's Congress will probably end up approving Venezuela's entry into Mercosur in the coming weeks, not as an endorsement of Chávez's imperial designs but as a way to contain him through the trading bloc's treaty obligations, such as respect for democracy and property protection.

This might be risky politics. But the smart money is on the Brazilians. With no manual for becoming a global power, Lula's Brazil seems to be writing one of its own.

Source: NEWSWEEK INTERNATIONAL. The Crafty Superpower. Website of the Ministry of External Relations. Brasilia, apr. 2009. Available on: [http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=569065](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=569065)

---

Contato

**Brito & Sukiennik - Advogados Associados**

[www.advogadosdomercosul.com](http://www.advogadosdomercosul.com)

[www.abogadosdelmercosur.com](http://www.abogadosdelmercosur.com)

[www.mercosurlawyers.com](http://www.mercosurlawyers.com)

SEPS 707/907 BI "E" sl 410

Ed San Marino - Asa Sul

70390-078 Brasília - DF-Brasil

Tel: +55 61 3242-8933

---

Este correio eletrônico foi enviado porque julgamos que os assuntos nele tratados são de seu interesse. Caso você não queira receber outras mensagens com notícias, por favor, envie, por meio de seu endereço de e-mail, uma mensagem com assunto "REMOVER" para o remetente.

---